

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.649.960 - RJ (2020/0011155-3)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
AGRAVANTE : POSIDONIA SHIPPING & TRADING LTDA
ADVOGADO : THIAGO BARBOSA DE OLIVEIRA - RJ150234
AGRAVADO : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADVOGADOS : DANIELLE DE ALEXANDRE LOURENÇO - RJ116610
LUCÍLIA ANTUNES DE ARAÚJO SOLANO - RJ119937
GABRIELA LAMEGO DE MORAES - RJ163699

DECISÃO

Trata-se de agravo apresentado por POSIDONIA SHIPPING & TRADING LTDA contra a decisão que não admitiu seu recurso especial, fundamentado no art. 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da CF/88, que visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO, assim resumido:

APELAÇÃO DIREITO ADMINISTRATIVO MANDADO DE SEGURANÇA AUTOS DE INFRAÇÃO LAVRADOS POR FALTA DE DEPÓSITOS NO FGTS CERTIDÃO DE REGULARIDADE DE DÉBITOS DE FGTS NATUREZA NÃO TRIBUTÁRIA DO FUNDO LEIS N S 8036 /90 E 9784 /99 E DECRETO - LEI N 5452/43 RECURSOS ADMINISTRATIVOS DESPROVIDOS DE CONCESSÃO DE EFEITOS SUSPENSIVOS EXIGIBILIDADE DO CRÉDITO CERTIDÃO NEGATIVA COM EFEITOS DE POSITIVA INEXISTÊNCIA DE DIREITO LÍQUIDO E CERTO DENEGAÇÃO DA SEGURANÇA DESPROVIMENTO

A controvérsia, pelas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional, diz respeito à emissão de certidão de regularidade de débito do FGTS.

É o relatório. Decido.

Na espécie, incide o óbice da Súmula n. 284/STF, uma vez que a parte recorrente deixou de indicar precisamente os dispositivos legais que teriam sido violados, ressaltando que a mera citação de artigo de lei na peça recursal não supre a exigência constitucional.

Aplicável, por conseguinte, o enunciado da citada súmula: “É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia”.

Nesse sentido: "Impossível o conhecimento do recurso pela alínea 'a'. Isto porque não há na petição do recurso especial a clara indicação dos dispositivos legais que

Superior Tribunal de Justiça

se entende por violados. A citação de passagem de artigos de lei não é suficiente para caracterizar e demonstrar a contrariedade a lei federal, já que impossível identificar se o foram citados meramente a título argumentativo ou invocados como núcleo do recurso especial interposto" (AgInt no REsp n. 1.615.830/RS, relator Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe de 11/6/2018).

Ademais, incide, novamente, o óbice da Súmula n. 284/STF, uma vez que a parte recorrente deixou de indicar com precisão quais dispositivos legais seriam objeto de dissídio interpretativo, o que atrai, por conseguinte, o enunciado da citada súmula: “É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia”.

Nessa linha, o Superior Tribunal de Justiça já se manifestou no sentido de que, “uma vez observado, no caso concreto, que nas razões do recurso especial não foram indicados os dispositivos de lei federal acerca dos quais supostamente há dissídio jurisprudencial, a única solução possível será o não conhecimento do recurso por deficiência de fundamentação, nos termos da Súmula 284/STF” (AgRg no REsp n. 1.346.588/DF, relator Ministro Arnaldo Esteves Lima, Corte Especial, DJe de 17/3/2014).

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 26 de março de 2020.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente